

Mesmo com o Sacrifício da Própria Vida: Algumas considerações sobre os treinamentos no uso da força para policiais militares da Região Sudeste do Brasil

Paulo Augusto Souza Teixeira

Ten. Cel. PM e Diretor-Presidente do Instituto de Segurança Pública

Resumo

Os treinamentos de uso da força para policiais no sudeste brasileiro são o tema central do artigo, construído a partir dos resultados de uma pesquisa realizada em 2008 sobre o assunto. O uso concreto da força pela polícia, a força não-letal, a mediação de conflitos, a questão situacional desse uso e os encontros provocados pela própria polícia, como as abordagens e os esforços para realizar as atividades mais valorizadas no meio policial (as prisões e as apreensões de armas e drogas), também foram tratados no trabalho.

Palavras-Chave

treinamento, uso da força, força não-letal, segurança pública, polícia militar, EUA, Brasil

Introdução

O presente texto reúne algumas considerações sobre os treinamentos de uso da força para policiais militares da região sudeste, a partir dos resultados da pesquisa realizada sobre esse tema em 2008, financiada pelo concurso de bolsas Paulo de Mesquita Neto, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A escolha das polícias militares dessa região estava relacionada com a expectativa de poder comparar os processos de treinamento entre organizações policiais militares. O sudeste brasileiro concentra aproximadamente 42% da população nacional¹ e em torno de 47% de todos os policiais militares brasileiros². Além disso, tendo em vista que diversos estados da federação não contam com academias para a formação de seus oficiais, a região é procurada por alunos de diversas localidades. Dessa forma, os saberes policiais dessa região acabam se disseminando para outras regiões do Brasil.

Alguns autores colocam esse tema como elemento central da atividade cotidiana das organizações policiais (BITTNER, 2003; MUNIZ e PROENÇA JÚNIOR, 2007). Dessa forma, ao aprofundar o conhecimento sobre o tema, estaríamos mergulhando em alguns aspectos importantes sobre as atividades desenvolvidas por essas organizações.

Apesar da temática do uso da força já ter sido tratada em diversos trabalhos, há uma grande dificuldade no estabelecimento de parâmetros do que vem a ser seu uso legítimo (ADAMS, 1999). Isso nos levou a tratar do uso concreto da força pela polícia (MUNIZ E PROENÇA JÚNIOR, 2007), caracterizado pelas ações de dissuasão e repressão, que são os efeitos da ação policial nos eventos nos quais ocorreram efetivos encontros entre a polícia e o público, seja esse encontro motivado por uma solicitação da população ou por uma iniciativa da própria polícia. Ao escolher esse recorte, os aspectos ligados aos efeitos da existência da polícia (indução de autorregulação) e os efeitos da presença policial (prevenção) deixaram de ser considerados no presente trabalho.

Essa delimitação buscou dar conta de uma dimensão importante do trabalho policial, que é a preparação desses profissionais para o uso da força não-letal, ou seja, “toda e qualquer ação policial que anteceda o uso da arma de fogo, durante os encontros com o público” (PINC, 2007). Esse tipo de pesquisa foi muito enfatizado a partir de meados dos anos 1990 nos Estados Unidos da América, principalmente depois do caso Rodney King³.

Dessa forma, ganharam destaque os encontros nos quais o policial é solicitado para mediar conflitos interpessoais (onde as partes presumem a necessidade de recorrer a um mediador neutro ao problema e capaz de oferecer o encaminhamento adequado à questão). Em muitos casos, as solicitações de serviço policial militar referem-se a delitos de perigo ou de pequeno potencial ofensivo⁴. Os encontros provocados pela própria polícia, como as abordagens e os esforços para realizar as atividades mais valorizadas no meio policial (as prisões e as apreensões de armas e drogas), também foram tratados no trabalho. Um outro ponto que nos chamou a atenção foi a influência das características situacionais no uso da força pela polícia, ou seja, como os policiais percebiam a ideia de risco associada a um determinado local ou região.

¹

Fonte: IBGE, *Contagem da População*, 2007.

²

Fonte: *Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, 2008.

³

Rodney King foi agredido por policiais do LAPD, em março de 1991. O evento foi gravado por um cinegrafista amador e foi divulgado internacionalmente. No ano seguinte, com a absolvição dos quatro policiais envolvidos no caso, ocorreram violentas manifestações em Los Angeles. Em consequência dessas manifestações, 53 pessoas morreram, centenas ficaram feridas e os prejuízos para a cidade ficaram em torno de US\$ 1 bilhão.

⁴

Os crimes de pequeno potencial ofensivo são tratados pelos Juizados Especiais Criminais, instituídos através da Lei nº 9.099/95. A Lei nº 10.259/01 trata da criação desses juizados no âmbito da Justiça Federal.

Enfim, a pesquisa buscou identificar e descrever os processos de treinamento do uso da força para os policiais militares da região; esclarecer se alguns dos princípios internacionais de atuação policial encontravam-se contidos nesses treinamentos e compreender se havia diferença entre a expectativa de uso da força e o seu uso efetivo, através das percepções dos gestores, dos policiais militares em período de formação e das experiências dos que atuam nas ruas.

O que se sabe sobre o uso da força pelas polícias nos EUA e no Brasil

As pesquisas sobre o uso da força pelas polícias norte-americanas ganharam especial importância a partir de 1994, com a edição do *Violent Crime Control and Law Enforcement Act* (McEWEN, 1996). Na seção XXI daquele ato do Congresso havia a previsão de coleta sistemática de informações sobre o uso excessivo da força pela polícia e a publicação anual de um sumário com os dados obtidos.

Diversos autores ressaltaram que há uma grande dificuldade para coletar e interpretar objetivamente os dados sobre o uso da força pelas polícias, seja para gestores de polícia ou para pesquisadores. Uma dessas dificuldades consiste no fato de que o nível da força usado é de difícil apreensão e ele depende dos métodos através dos quais os dados foram obtidos. Assim, as definições e os procedimentos de como esses dados são informados podem influenciar drasticamente os resultados.

O relatório do Instituto Nacional de Justiça apresentou alguns conhecimentos considerados como fatos ou de substancial confiança, dentre eles a conclusão de que a polícia não usa a força com muita frequência nos seus encontros cotidianos com o público e, quando isso ocorre, o maior número de incidentes está relacionado a um baixo grau de força empregado pela polícia, como empurrões, puxões ou agarramentos para a realização de uma prisão, dentro de um espectro de possibilidades que vai da advertência ao uso da “força mortal”. Sob ponto de vista dos administradores da polícia, essas conclusões são previsíveis, em virtude do treinamento ministrado aos policiais sobre o uso progressivo da força e do estabelecimento de políticas que requerem que os policiais usem a menor parcela de força necessária para atingir os seus objetivos.

Outras pesquisas apontam para o fato de que há um pequeno grupo de policiais que se envolve de forma desproporcional com incidentes de “força excessiva”. Essas pesquisas, geralmente conduzidas por psicólogos policiais, como Scrivner (1994), tentam estabelecer perfis de policiais que se envolveram com uso excessivo de força no trabalho, e as novas estratégias desenvolvidas pelos psicólogos para lidar com a questão.

No Brasil não há um relatório periódico sobre o uso da força pelas polícias. Algumas pesquisas de vitimização⁶ têm incluído, nos seus instrumentos de coleta de dados, questões sobre os encontros da polícia com o público. Apesar de serem instrumentos de grande relevância para a formulação de políticas públicas nessa área, poucas pesquisas de vitimização realizadas no país são comparáveis – seja no tempo ou entre regiões –, devido

5

Foi considerado um dos maiores investimentos feitos na área de segurança pública de toda a história dos Estados Unidos. Com base nesse ato, foram contratados cerca de 200 mil novos policiais e US\$ 9,7 bilhões foram destinados ao sistema prisional, além de cerca de US\$ 6,1 bilhões, para programas de prevenção.

6

As pesquisas de vitimização são instrumentos destinados a medir o crime, indo além dos registros feitos pela polícia e estimar com maior precisão o perfil das vítimas, além de avaliar o impacto do fato delituoso na vida dos indivíduos.

à utilização de metodologias distintas. Até 2007, foram realizadas cerca de 23 pesquisas de vitimização em diferentes cidades no Brasil (PINTO, BORGES & CAMPAGNAC, 2008).

Na pesquisa desenvolvida na Região Metropolitana do Rio de Janeiro pelo Instituto de Segurança Pública, entre os anos de 2006 e 2007, havia um conjunto de questões ligadas aos encontros da polícia com o público. Ao analisar esses dados, podemos afirmar que os principais motivos que levam a esse encontro da Polícia Militar com o público são: comunicação de crime ou violência (30,08%), blitz (26,50%), revista pessoal (15,92%) e pedidos de informação (10,24%). Se agregarmos as blitzes com as revistas pessoais, chegamos à conclusão que 42,42% dos encontros da polícia com o público se deram por iniciativa da própria Polícia Militar.

A maioria dos entrevistados (acima de 80%) diz não ter sido agredida por policiais militares durante esses encontros, mas nos casos em que ocorreram agressões elas estavam ligadas ao tratamento dispensado pelos policiais ao público, como: linguagem grosseira, xingamentos, ameaça/intimidação e humilhação. Os casos de agressões físicas, como empurrões, tapas e socos, ficaram abaixo de 8% dos casos relatados.

Quanto à atitude dos policiais nesses encontros, 64,4% dos entrevistados que tiveram contato com a Polícia Militar afirmaram que os policiais respeitaram os seus direitos, e 62,6% afirmaram que estes foram íntegros e agiram dentro da lei.

Alguns Aspectos sobre o Treinamento de Policiais Militares

Ao tentar compreender os processos utilizados pelas organizações estudadas para capacitar os seus integrantes, alguns aspectos nos chamaram a atenção. Um deles foi que elas tradicionalmente utilizavam os termos “ensino” e “instrução” para designar os processos de capacitação dos seus integrantes.

Quando se referiam ao “ensino”, elas queriam designar o esforço organizacional de formação e aperfeiçoamento dos seus quadros. Algumas das polícias militares estudadas buscavam mais que a equivalência dos seus cursos de formação aos cursos de graduação ministrados nas instituições de ensino superior existentes no país. Havia um esforço no sentido de habilitar as Academias, e demais centros de formação, como instituições de ensino superior, com vistas a reconhecer os títulos e graus obtidos nos seus cursos pelo sistema de educação nacional. Em São Paulo foi sancionada uma lei de ensino militar estadual⁷, criando um sistema de ensino próprio, mas articulado ao sistema nacional. Encontramos uma iniciativa semelhante em Minas Gerais, a partir de uma reorganização da Academia de Polícia Militar em Centros voltados para a graduação (Oficiais) e formação de tecnólogos (Praças).

Quando as organizações policiais militares utilizavam o termo “instrução”, elas designavam o esforço organizacional de preparar os seus quadros para realizar tarefas consideradas necessárias, de acordo com cada período da história das instituições. Desde a preparação do efetivo para ser empregado em ações de natureza militar até os dias de hoje, nos quais as organizações

7

A Lei Complementar nº 1.036, de 11 de janeiro de 2008, instituiu o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em substituição ao Decreto-Lei nº 160, de 28 de outubro de 1969.

policiais militares têm sido demandadas prioritariamente para tarefas de controle do crime, a instrução é o primeiro instrumento de capacitação em novas técnicas e difusão de novas práticas. Esse termo abrange um conjunto muito amplo de processos de capacitação, que variam de preleções (palestras realizadas antes do início das atividades diárias) a cursos de especialização. Durante a pesquisa, o termo “instrução” estava sendo substituído por “treinamento” nos estados de Minas Gerais e de São Paulo.

Essa discussão se faz necessária, pois na literatura internacional, em especial a de origem anglo-saxã, o termo *training* dá conta dos aspectos técnicos da formação policial, englobando parte do que conceituamos como “ensino” e se aproximando mais da ideia que temos no Brasil de “instrução”. Para eles, *training* consiste numa parte da educação formal que visa a preparar os alunos com conhecimentos específicos, competências e habilidades, que possam ser aplicados imediatamente após a sua conclusão por integrantes de uma determinada ocupação ou profissão. Assim, a ascensão funcional, naquelas organizações policiais, está vinculada ao que se denomina *police training*. No nosso caso, a ascensão profissional está mais ligada ao “ensino” do que à “instrução”.

Além do ensino formalizado pelas instituições policiais, é importante ressaltar a existência de um conjunto de estratégias informais de aprendizado para os policiais militares, especialmente os ligados à sua prática profissional. Esse “currículo oculto” é de extrema relevância quando o tema é o uso da força, pois permite compreender as dissonâncias e as consonâncias entre o ensino formal e o saber prático. Ao lado do “currículo oculto” há diversos processos de aquisição informal de saberes, como a influência das experiências de outros policiais. Para Caruso, Moraes e Pinto (2006), o modo de transmissão e aprendizagem de novos conhecimentos “práticos” consiste num “jogo de acertos e erros praticados geralmente pelos mais experientes”.

Embora o trabalho de Riccio e Basílio (2008) seja focado no Rio de Janeiro, ele nos apresenta o grande desafio da formação policial militar brasileira, que é migrar do conceito de soldado policial militar para o de técnico em segurança pública.

A Pesquisa sobre o treinamento de Policiais Militares

Para o desenvolvimento do trabalho de campo, foram utilizadas diversas técnicas, com o objetivo de identificar os processos de treinamento do uso da força para os policiais militares da região sudeste, de modo a estabelecer comparações entre esses processos e analisá-los, ainda que preliminarmente, à luz dos princípios estabelecidos na legislação nacional e dos princípios internacionais aplicáveis ao uso da força na atividade policial⁸.

As entrevistas previstas com os Comandantes Gerais não puderam ser realizadas, em virtude de outros compromissos dessas autoridades, mas aquelas feitas com os Diretores de Ensino e Comandantes de Escolas de Formação ou Centros de Treinamento foram muito elucidativas. Elas ajudaram a esclarecer como o tema “uso da força” estava sendo tratado nas suas organizações e como isso se refletia nos processos de treinamento, na elaboração das normas e procedimentos de trabalho,

8

Em relação aos princípios internacionais, destacam-se os contidos no Código de Conduta para os Encarregados da Aplicação da Lei e os Princípios Básicos sobre o Uso da Força e Armas de Fogo, já citados no presente trabalho.

na aquisição de equipamentos e armamentos e na percepção do público sobre a instituição.

Realizamos entrevistas em profundidade com policiais que atuam nas ruas das capitais dos estados da região. A escolha dos entrevistados ficou a cargo de cada Polícia Militar, mas as unidades deveriam ser escolhidas através do critério definido pelo pesquisador: uma delas deveria ser a responsável pela execução do policiamento num bairro ou região considerada violenta⁹ pela própria polícia e a outra deveria atuar num bairro ou região considerada pouco violenta. Foram escolhidos três policiais de cada unidade, sendo que todos atuavam na atividade operacional, ou seja, no policiamento das ruas, não sendo entrevistados policiais que trabalhavam em atividades administrativas. Duas de nossas premissas eram: a atuação policial não se dava de forma homogênea e, através dessas entrevistas, alguns dos aspectos ligados à mudança de atitude em relação ao uso da força poderiam ser evidenciados, como por exemplo, a referência de uso da força condicionada ao local onde o policial atua.

No Espírito Santo, foram realizadas entrevistas com seis policiais, segundo os critérios estabelecidos: três realizavam o policiamento na Praia do Canto (bairro pouco violento) e três patrulhavam as ruas do bairro São Pedro (local caracterizado pela violência causada pelo tráfico e pela quantidade de homicídios). O nervosismo demonstrado pelos policiais que trabalhavam em áreas consideradas críticas despertou a nossa atenção. Todos os entrevistados demonstraram desconforto, e um deles, ao se despedir, estava completamente suado e com as mãos frias.

Em Minas Gerais foram realizadas entrevistas com seis policiais, segundo os critérios estabelecidos: três realizavam o policiamento na região da Savassi (região pouco violenta) e três patrulhavam a região do bairro Caiçaras (local caracterizado pela violência causada pelo tráfico e por roubos de veículos). Os policiais que atuavam na área considerada menos violenta disseram que os problemas mais comuns na região são as pessoas com distúrbios mentais e os furtos. Os policiais que atuavam na área considerada mais violenta disseram que eram comuns os roubos, em especial o roubo a transeuntes e de veículos, além dos arrombamentos na região. Todos os policiais entrevistados foram muito objetivos durante as entrevistas e não demonstraram preocupação ou receio com o que falavam.

Além das entrevistas previstas inicialmente, tivemos a oportunidade de conhecer uma Companhia Especial da PM que atuava na Pedreira Prado Lopes, conhecida localmente como PPL. A pedreira era uma região onde havia muitos homicídios, na qual foi implantado o projeto “Fica Vivo”. Tivemos a oportunidade participar de uma reunião entre representantes do “Fica Vivo” e do Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco (GEPAR). Depois da reunião, entrevistamos alguns integrantes do GEPAR, adicionando à pesquisa a visão de profissionais dedicados a um policiamento especialmente planejado para aglomerados (favelas). O GEPAR fazia o patrulhamento de rotina e algumas ações de repressão qualificada. Estas ações tornaram-se possíveis a partir da conquista da confiança da população local e com o apoio da atividade de inteligência. Durante o ano de 2003 ocorreram 51 homicídios na Pe-

9

No estado de São Paulo não pudemos entrevistar os policiais que atuavam em regiões consideradas mais violentas, em virtude dos fatos atípicos acontecidos naquele estado durante o período em que foi realizada a pesquisa. Naquela semana ocorreu o sequestro que culminou na morte da jovem Eloá e um conflito envolvendo policiais civis e militares nas proximidades do Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo Estadual.

dreira Prado Lopes e ocorreram 111 tentativas de homicídio. Com a implantação do GPAR no ano seguinte e a implantação de patrulhamento durante as 24 horas, a situação ficou bem diferente. Durante o ano de 2008, até a época em que foram realizadas as entrevistas, haviam sido registrados apenas nove homicídios na região.

Em São Paulo não pudemos entrevistar os policiais de uma região considerada violenta. Isso ocorreu em virtude dos eventos que se desenrolaram ao longo da semana em que estivemos na cidade, realizando o trabalho de campo¹⁰. Entrevistamos policiais de uma região central da cidade, considerada menos violenta. A unidade ficava no bairro da Liberdade e pudemos falar com três policiais do BPM: um que trabalhava na Força Tática da unidade e dois que trabalhavam no patrulhamento motorizado. Por se tratar de uma unidade sediada no Centro, as suas ações estavam mais voltadas para o controle de multidões e crimes de rua.

No Rio de Janeiro, visitamos duas unidades operacionais, onde foram entrevistados policiais empregados nas ruas. Uma delas era situada num bairro considerado pouco violento, Botafogo, na Zona Sul da capital, e a outra, no bairro da Penha, numa região considerada violenta, devido aos confrontos da polícia com grupos criminosos armados. Essa unidade tinha a responsabilidade territorial sobre o Complexo do Alemão e a Vila Cruzeiro, localidades que ficaram conhecidas internacionalmente depois da morte do jornalista Tim Lopes, em 2002. Pudemos entrevistar três policiais de cada unidade, que foram escolhidos aleatoriamente e que realizavam serviços diversos nas ruas.

Nos centros de treinamento também foram realizadas entrevistas em profundidade com alguns alunos de cursos de formação, com o objetivo de identificar as suas expectativas em relação ao uso da força em situações de trabalho futuro. Nos cursos de formação de oficiais, buscamos entrevistar alunos do último ano¹¹, e nos cursos de formação de Praças, buscamos entrevistar policiais que já tivessem passado por algum processo de estágio no qual já tivessem tido a oportunidade de colocar em prática pelo menos uma parte dos conhecimentos adquiridos nas salas de aula.

A seleção dos policiais que participaram das entrevistas no Espírito Santo foi feita por um Oficial do CFA. Após uma breve explicação sobre a pesquisa, o grupo ficou composto por dois homens e uma mulher. Eles responderam às perguntas tranquilamente, sem demonstrar desconforto ou constrangimento com o tema ou com o entrevistador. Em Minas Gerais, pudemos entrevistar três alunos do Curso Técnico de Segurança Pública (CTSP), antigo Curso de Formação de Soldados e três do Curso de Graduação em Segurança Pública (CGSP), antigo Curso de Formação de Oficiais. Em São Paulo foram entrevistados três alunos do Curso de Formação de Soldados, e três alunos do Curso de Formação de Oficiais. No Rio de Janeiro também foram entrevistados três alunos do Curso de Formação de Soldados e do Curso de Formação de Oficiais.

Concomitantemente às entrevistas foram feitas visitas às Escolas de Formação e Centros de Treinamento, onde algumas aulas foram acompanhadas e, dentro da disponibilidade, conversamos com os professores, instrutores e alunos durante os intervalos.

10

Naquela semana ocorreu o sequestro da jovem Eloá Cristina Pimentel, de 15 anos, que foi mantida refém durante toda a semana, culminando com a sua morte na sexta-feira. Esse caso emblemático alterou o roteiro original, que previa uma entrevista com policiais do GATE e com policiais de uma unidade situada em uma região considerada violenta.

11

Não pudemos entrevistar os alunos do último ano do curso de formação de Oficiais do Espírito Santo. Atualmente, os Oficiais são formados em outros estados da federação, como, por exemplo, Minas Gerais.

No Espírito Santo foi acompanhado um treinamento de tiro no CFA. Em Minas Gerais participamos de uma aula de progressão em locais de baixa visibilidade, com o uso de lanternas, ministrada na estação de treinamento do Centro de Treinamento Policial. Em São Paulo participamos de uma aula de Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi®, no CFAP. Finalmente, no Rio de Janeiro, assistimos a um treinamento do uso de munições e equipamentos menos letais ministrado por instrutores do BPCChq a policiais de dois GAT (Grupamentos de Ações Táticas).

Essas visitas incluíram, em todos os estados, o comparecimento às unidades de operações policiais especiais, onde pudemos entrevistar os responsáveis pelo treinamento delas. No Espírito Santo, visitamos o Batalhão de Missões Especiais (BME). Em Minas Gerais, acompanhamos uma aula do Curso de Operações Especiais, ministrada por policiais do Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE). Em São Paulo, visitamos a base do COE (Comandos e Operações Especiais) e, no Rio de Janeiro, estivemos na sede do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE).

Ao todo, foram realizadas 12 (doze) entrevistas no Espírito Santo, 23 (vinte e três) entrevistas em Minas Gerais, 19 (dezenove) entrevistas no Rio de Janeiro e 16 (dezesseis) entrevistas em São Paulo, totalizando 70 (setenta) entrevistas realizadas com gestores e com policiais em formação e que atuam em atividades ligadas ao patrulhamento das ruas.

Principais questões da pesquisa

Algumas questões merecem destaque, como a existência de normas escritas que regulam as atividades de capacitação dos policiais militares. Cada estado regulamenta essas atividades de formas distintas, ora tratando de ensino e instrução, como no Espírito Santo e Rio de Janeiro, ora abordando a questão do treinamento, como Minas Gerais e São Paulo.

Nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo encontramos procedimentos escritos sobre o uso da força, com orientações para os integrantes dessas corporações. Contudo, ao analisar a periodicidade e o alcance dos processos de treinamento voltado para essa temática, somente identificamos o Treinamento Policial Básico (TPB), desenvolvido em Minas Gerais, e o Estágio de Atualização Profissional (EAP) como treinamentos que tratam de conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a atuação desses agentes no uso da força.

Outros processos de treinamento que se destacam, e muitas vezes são englobados por processos mais genéricos, são o Método Giraldi (que era utilizado em São Paulo e no Espírito Santo para a capacitação no uso de armas de fogo), o videotreinamento (que em São Paulo se constituía num programa específico, e em Minas Gerais era um elemento do TPB), Técnicas Não-Letais de Intervenção Policial (desenvolvido em São Paulo para habilitar os policiais a utilizarem as novas tecnologias) e o Método de Defesa Policial Militar (utilizado no Rio de Janeiro no treinamento de Defesa Pessoal).

Em relação à periodicidade do treinamento, verificamos que os estados de São Paulo e Espírito Santo realizam treinamentos anuais, sendo que apenas o primeiro alcança todo o seu efetivo. Em Minas Gerais, os treinamentos são realizados bienalmente, e não há treinamento periódico para os policiais militares do Rio de Janeiro.

Em relação ao método de treinamento de tiro policial, encontramos o Método Giraldi, implantado nos estados de São Paulo e Espírito Santo. Em Minas Gerais e no Rio de Janeiro havia uma metodologia própria. A maioria dos estados da região (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) está desenvolvendo métodos próprios de treinamento de defesa pessoal, substituindo gradualmente o ensino de artes marciais para os policiais. Cada estado utilizava métodos próprios para capacitar os seus integrantes no uso de armas menos letais e de abordagens.

Outro aspecto que gostaríamos de ressaltar é a forma como as informações padronizadas pelas instituições chegavam aos seus integrantes. No Espírito Santo e Rio de Janeiro, os cursos eram as principais formas de difusão de procedimentos operacionais. Em Minas Gerais e em São Paulo, além dos cursos, outras formas eram utilizadas pelas organizações policiais, como os manuais e videotreinamento.

Considerações Finais

O quadro apresentado acima procura destacar a importância dessa temática para as atividades cotidianas desenvolvidas por essas organizações. Contudo, há poucas informações sobre o tema, especialmente pela falta de pesquisas de vitimização.

As organizações policiais militares, a partir de 1995, começaram a focar suas atividades no controle do crime e, a partir de iniciativas desenvolvidas pela SENASP e pelo CICV, alguns avanços podem ser notados na incorporação de normas de Direitos Humanos nos treinamentos dessas organizações.

Em linhas gerais, há necessidade de desenvolver métodos de treinamento alinhados a princípios e valores democráticos, a exemplo do que ocorreu com o Método Giraldi, que é uma referência internacional na capacitação de atuação armada de policiais. Nesse sentido, poderiam ser aprofundadas as discussões para a capacitação de agentes em técnicas que envolvessem a defesa pessoal e o uso de armas e munições menos letais.

Finalizando, nos casos em que os processos de treinamento não têm uma periodicidade definida, como no Rio de Janeiro, seria necessário um grande investimento nos processos de formação inicial (infraestrutura e metodologias) até que um programa regular fosse estabelecido, tendo em vista que os policiais são profissionais que assumiram o compromisso de assegurar a segurança da comunidade, mesmo com o sacrifício da própria vida.

Referências Bibliográficas

ADAMS, Kenneth. What we know about police use of force. In: ADAMS, Kenneth and others. **Use of force by police: overview of national and local data**. October, 1999 – NCJ 176330.

ALPERT, Geoffrey P. e DUNHAM, Roger G. **Analysis of police use-of-force data**. July, 2000. NCJRS 183648.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. Série Polícia e Sociedade. São Paulo: EDUSP, 2003.

CARUSO, Haydée G.C.; MORAES, Luciane P.B. e PINTO, Nalayne M. **Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro: da Escola de Formação à prática policial**. Abril, 2006.

CORDEIRO, Bernadete M.P. e SILVA, Suamy S. **Direitos humanos: uma perspectiva interdisciplinar e transversal**. 2ª ed. Revisada. Brasília: Comitê Internacional da Cruz Vermelha, 2005

McEWEN, Tom. **National data collection on police use of force**. April 1996, NCJ-160113.

MENEZES, Isabella T; LIMA, Maria C. e OLIVEIRA, Teresa C. **Currículos**. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008. 40 p.

MUNIZ, Jacqueline e PROENÇA JÚNIOR, Domício. Da accountability seletiva à plena responsabilidade policial. (p. 21-73). In: CARUSO, Haydée; MUNIZ, Jacqueline & CARBALLO BLANCO, Antonio Carlos. **Polícia, estado e sociedade: práticas e saberes latino-americanos**. Rio de Janeiro : Publit Soluções Editoriais, 2007.

_____ Bases conceituais de métricas e padrões de medida de desempenho policial (p. 231- 280). In: CARUSO, Haydée; MUNIZ, Jacqueline e CARBALLO BLANCO, Antonio Carlos. **Polícia, estado e sociedade: práticas e saberes latino-americanos**. Rio de Janeiro : Publit Soluções Editoriais, 2007.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógica**. Porto Alegre : Artmed, 2002. 232 p.

PINC, Tânia. **O uso da força não-letal pela polícia nos encontros com o público**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo – USP, 2006.

_____ Abordagem policial: um encontro (des)concertante entre a polícia e o público. **Revista brasileira de segurança pública**. Ano 1, 2ª ed, 2007. p. 6-23.

PINTO, Andréia S; BORGES, Doriam e CAMPAGNAC, Vanessa. A pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007: notas metodológicas. In: PINTO, Andréia et al. **Pesquisa de condições de vida e vitimização – 2007**. Rio de Janeiro : Riosegurança, 2008.

RICCIO, Vicente e BASILIO, Márcio P. O desafio da formação do policial militar do estado do Rio de Janeiro: utopia ou realidade possível? **Revista Administração em Debate**, v.1, n.2, setembro 2008. Rio de Janeiro, CRA-RJ, 2008.

SANDES, Wilquerson F. Uso não-letal da força na ação policial: formação, tecnologia e intervenção governamental. **Revista brasileira de segurança pública**. Ano 1, 2 ed, 2007. p. 24-38.

SCHÖN, Donald A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre : Artmed, 2000. 256 p.

SCRIVNER, Ellen M. **Controlling police use of excessive force: the role of the police psychologist**. 1994 – NCJ 150063.

SENASP. Matriz Curricular Nacional (2008).